

O PAPEL DA DIPLOMACIA PORTUGUESA NO TRATADO DE TORDESILHAS

por **Humberto Baquero Moreno**

A acção da diplomacia portuguesa que participa, conjuntamente com a diplomacia castelhano-aragonesa na feitura do tratado de Tordesilhas insere-se num contexto mais amplo que deverá estender-se, pelo menos, até ao tratado de paz celebrado entre Portugal e Castela em 1411. Quando D. João I se encontrava na capital do reino, pelo menos desde o início do mês de Agosto desse ano, com uma presença ininterrupta que se estende até ao ano seguinte, celebra-se em Ayton, a 31 de Outubro desse ano, um acordo que põe termo a vinte e sete anos de hostilidades e compromete ambas as partes no sentido de se restaurar um clima de estabilidade¹.

A embaixada portuguesa encarregada de negociar o acordo de paz era constituída pelo alferes-mor João Gomes da Silva, e pelos doutores Martim Dossem e Fernão Gonçalves Beleágua, e ainda Alvaro Gonçalves da Maia, escrivão da câmara do rei D. João I, a qual colaborou activamente na redacção das cláusulas concordatórias, tendo cabido a assinatura do mesmo, por parte de Castela, aos tutores do rei D. João II, sua mãe D. Catarina e seu tio D. Fernando de Antequera².

¹ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, tomo I, Lisboa, 1842, p. 288. Os itinerários deste monarca foram por mim publicados em *Os Itinerários de el-rei D. João I*, Lisboa, 1988, p. 29.

² Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, ed. Civilização, vol. II, Barcelos, 1983, cap. CXCI e seg. pp. 429 e seg.

Embora aos doutores acima mencionados coubesse a parte técnica, a chefia da missão diplomática encontrava-se confiada a João Gomes da Silva. De quem se tratava?

Era filho de Gonçalo Gomes da Silva e de D. Leonor Gonçalves, filha de Gonçalo Martins Coutinho. Do seu casamento com D. Margarida Coelho teve numerosa descendência. Era esta constituída por Aires Gomes da Silva, regedor da Casa do Cível, alcaide-mor do castelo de Montemor-o-Velho e senhor de Vagos; D. Teresa da Silva, mulher de Fernão Eanes de Lima, senhor das terras de Valdevez e de Coura e Isabel Gomes, mulher de Pedro Gonçalves Malafaia, vedor da fazenda do rei D. João I. Teve alguns filhos bastardos: Diogo da Silva, Pedro da Silva e Lopo da Silva³.

Durante a crise de 1383 verifica-se que João Gomes da Silva está próximo do partido de D. Beatriz, mulher de João I de Castela, na medida em que se junta em Coimbra ao conde D. Gonçalo, irmão da rainha D. Leonor de Teles⁴. Contudo, não tardaria muito a seguir o partido do mestre de Avis, recebendo como recompensa, em 23 de Abril de 1384, o lugar de Vagos, com suas rendas, direitos e pertenças⁵. Anos mais tarde, por carta de 26 de Fevereiro de 1412, o rei D. João I tornou perpétua essa mercê, de juro e herdade⁶.

Quando os castelhanos passaram a exercer o cerco terrestre e naval de Lisboa, em Maio de 1384, João Gomes da Silva foi um dos que veio em auxílio dos sitiados, participando no socorro dos mesmos com a nau Farinheira⁷. De notar que ao tomar esta atitude este fidalgo deixou seu pai Gonçalo Gomes da Silva em Montemor-o-Velho e partiu para a cidade do Porto com a finalidade de se incorporar na esquadra que veio em defesa da capital ameaçada pelos castelhanos⁸.

Logo após o levantamento do cerco de Lisboa, o mestre de Avis, por carta de 23 de Setembro de 1384, recompensou-o, com transmissão a seus herdeiros, com a doação da renda da comenda de Valhelhas, situada nas terras da ordem de Alcantara, atribuindo-lhe os direitos que a coroa possuía na colheita⁹.

³ *Livro de Linhagens do Século XVI*, ed. da Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1956, pp. 123-124.

⁴ Fernão Lopes, *ob. cit.*, vol. I, Barcelos, 1983, cap. LXXIII, pp. 141-143.

⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fol. 7v. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. II, Lisboa, 1973, p. 46.

⁶ Idem, *Ibidem*, livro 3, fol. 137v. Idem, *Ibidem*, p. 146.

⁷ Fernão Lopes, *ob. cit.*, vol. I, cap. CXXXIII, pp. 259-263.

⁸ Idem, *Ibidem*, cap. CLXI, pp. 345-347.

⁹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fols. 53v-54.

O mestre de Avis iniciou o cerco ao castelo de Torres Vedras em 19 de Dezembro de 1384, tendo durado o assédio dessa praça de armas até meados de Fevereiro do ano seguinte¹⁰. Nessa campanha teve parte activa este fidalgo¹¹.

Ao lado de seu pai esteve este fidalgo presente nas cortes de Coimbra, celebradas em Abril de 1385, as quais procederam à eleição de D. João I como rei de Portugal¹².

Embora não exista qualquer documento que o designe como copeiro-mor do novo rei, diz-nos Fernão Lopes que o monarca o nomeou para esse cargo da sua confiança. Subsistem, contudo, algumas dúvidas¹³.

Entre os dias 8 e 17 de Maio de 1385 o monarca procede ao cerco do castelo de Guimarães cujo alcaide Aires Gomes da Silva era tio paterno de João Gomes da Silva e tinha voz por D. Beatriz¹⁴. No âmbito das operações militares participou este fidalgo, cuja actuação se viu recompensada com a obtenção duma parte dos bens do seu mencionado tio, o qual entretanto devido à idade e ao desgosto morreu no reino passados poucos dias¹⁵. É ainda, no termo do assédio ao castelo vimaranense que João Gomes da Silva, recebe no dia 14 de Maio, a dízima da correição de Vagos, em condições idênticas às que possuía Soeiro Anes da Parada na vigência do reinado de D. Fernando¹⁶. Na sequência desta doação, o rei por carta de 5 de Setembro de 1385, fez-lhe doação de todos os bens que haviam pertencido a seu tio e sua mulher D. Urraca, em Guimarães, os quais lhe tinham sido confiscados por seguirem o partido de D. Beatriz¹⁷. Uma carta régia de 25 de Julho de 1394 confirma-lhe os bens de seu tio paterno Aires Gomes da Silva, cujos filhos se encontravam inabilitados por se terem exilado para Castela¹⁸.

As tropas conjuntas luso-inglesas actuaram em terras leonesas. Numa dessas operações ocorridas em Corrales, por volta de 16 de Maio de 1387¹⁹ teve participação directa João Gomes da Silva, que estando ao lado do rei se pôde aperceber que a correlação de forças nos era

¹⁰ Humberto Baquero Moreno, *ob. cit.*, pp. 16-19.

¹¹ Fernão Lopes, *ob. cit.*, vol. I, cap. CXXXIII, pp. 370-372.

¹² Idem, *Ibidem*, cap. CLXXXII, pp. 391-393.

¹³ Idem, *Ibidem*, vol. II, cap. I, p. 4.

¹⁴ Humberto Baquero Moreno, *ob. cit.*, p. 19.

¹⁵ Fernão Lopes, *ob. cit.*, vol. II, cap. XII, pp. 29-30.

¹⁶ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fols. 104-104v.

¹⁷ Idem, *Ibidem*, livro 1, fol. 90v. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 46.

¹⁸ Idem, *Ibidem*, livro 2, fol. 97. Idem, *Ibidem*, pp. 46-47.

¹⁹ Humberto Baquero Moreno, *ob. cit.*, p. 32.

desfavorável, dado o forte dispositivo militar a mando do adiantado de Leão, Pedro Soares de Quinhones, com a presença de quatrocentos cavaleiros²⁰.

A título de recompensa o rei concede-lhe, em 28 de Fevereiro de 1387, todos os privilégios, coutos e honras e liberdades que as suas terras tinham sempre possuído²¹. Outro privilégio foi-lhe concedido em 20 de Agosto desse ano, ao ser-lhe outorgado, a título precário, as dízimas das mercadorias importadas e exportadas através da foz de Buarcos²².

Por carta de 26 de Fevereiro de 1391, o rei D. João I concedeu-lhe o privilégio de no seu lugar de Unhão, na terra de Sousa, poder efectuar de três em três semanas, com a duração de um dia, uma feira franca, a qual no fundo não passava duma feira-mercado. Pelo seu real interesse e por se encontrar inédita passamos de imediato à sua transcrição:

«Dom Joham e etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merce a Joham Gomez da Silua, noso uasallo, por muito serujço que delle recebemos e entendemos de receber por seer mais nobre ho seu lugar dHunham, que he em terra de Sousa, teemos por bem e mandamos que no dicto seu lugar deHunham se faça e possa fazer daquj endiante de tres em tres semanas hũa feira franqueada que dure hũu dia e mais nom, comtanto que se faça em tal dia que se nom faça outra algũa feira na comarca darredor a que esta possa fazer perjuizo.

Porem mandamos a todolos corregedores e meyrinhos e juizes e justiças e a todollos outros officiaaes e pessoas quaaesquer a que esto pertencer ou ouuerem de ueer que leixem fazer a dicta feira no dicto lugar dHunham de tres em tres somanas como dicto he, sem embargo nehũu que a ello ponham. A qual feira mandamos que aia e lhe seiam guardados todollos priujllegios e franquezas que [h] a a feira de Lanhoso. E em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta. Dante na cidade dEuora xxbj dias de feueireiro. Elrrey o mandou. Alvaro Goncallvez a fez. Era de mjl iiij^c xxix anos [1391]»²³.

Múltiplas foram as concessões que o rei fez ao seu futuro alferes-mor. Assim, em 26 de Agosto de 1392, doou-lhe, enquanto o entendesse fazê-lo, as terças das igrejas de Santiago, Santa Maria de Caminha e

²⁰ Fernão Lopes, *ob. cit.*, cap. CIV, pp. 236-237.

²¹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fol. 31.

²² Idem, *Ibidem*, livro 2, fol. 31.

²³ Idem, *Ibidem*, livro 2, fol. 54v. Não existe qualquer menção a esta feira franca no livro de Virginia Rau, *Feiras medievais portuguesas, Subsídios para o seu estudo*, 2.ª ed., Lisboa, 1982. No que respeita à feira de Lanhoso torna-se possível recuar a sua anterioridade a 1391.

S. Cibrão de Vila Nova de Cerveira²⁴. Outra consistiu na confirmação régia, de 10 de Junho de 1394, em que o beneficiário apresentou uma carta em que o rei D. Fernando «quitou» a seu pai Gonçalo Gomes da Silva, o quarto das herdades que ele comprou no reguengo de Tentugal e o oitavo do vinho nas mesmas terras²⁵.

João Gomes da Silva foi um dos fidalgos convocados pelo rei com a finalidade de poder vender uma parte das suas terras à coroa. Esta atitude do monarca gerou revolta em alguns fidalgos, sem que se note nele qualquer indício de ressentimento²⁶.

Neste ano de 1398, ano de crise que se traduz na revolta e exílio de fidalgos da velha guarda para o reino de Castela, o rei ultrapassada a contrariedade atravessa o rio Minho numa barca e com os seus homens prepara o ataque a Salvatierra e Sotomayor na Galiza. O cerco à primeira localidade dá-se entre 4 e 7 de Maio, e a segunda entre 29 deste mês e 5 de Julho, altura da ocupação. O ataque sobre Tui inicia-se a 9 deste mês, com ocupação da cidade no dia 26²⁷. Entre os combatentes, ao lado de D. João I, figura o seu alferes-mor João Gomes da Silva²⁸. Revela-nos Fernão Lopes que na ocupação de Tui este fidalgo «que era Alferez sobio pela escalla com a bandeyra temdida delRey, e muitos com elle todos armados com lamças nas mãos e bacinetes postos. E asy entrou a bamdeira muito acompanhada per cima do muro, com muitas trombetas, e pipos e outras alegrias»²⁹.

Nova doação contemplou o alferes-mor do rei e membro do seu conselho. Em 22 de Março de 1399 alcançou para ele e seus herdeiros a almoinha do Rei em Montemor-o-Velho, a par do chafariz de Aribelas³⁰.

Hábil negociador partiu para Castela, com os mencionados companheiros, onde se entrevistaram com a rainha-mãe D. Catarina e o infante D. Fernando. O ponto alto das negociações verificou-se em 14 de Junho de 1411, na presença da rainha, dos bispos de Palencia e de Segovia, do almirante Afonso Henriques e de Diogo Lopes de Estuñiga, preparando-se deste modo a assinatura do tratado a 31 de Outubro desse ano³¹.

²⁴ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fol. 69v. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.* p. 47.

²⁵ *Idem*, *Ibidem*, livro 2, fol. 97.

²⁶ Fernão Lopes, *ob. cit.*, CLII, pp. 332-334.

²⁷ Humberto Baquero Moreno, *ob. cit.*, pp. 77-78.

²⁸ Fernão Lopes, *ob. cit.*, cap. CLXVII, pp. 365-368.

²⁹ *Idem*, *Ibidem*, cap. CLXXIII, pp. 380-383.

³⁰ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fols. 182v-183. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 47.

³¹ Fernão Lopes, *ob. cit.*, cap. CXCI e seg., pp. 429 e seg.

Na sequência das negociações realizadas com êxito viu-se este fidalgo contemplado com novas doações ou confirmações. Assim, em 9 de Fevereiro de 1412, recebeu confirmação da doação dos bens de seu tio Aires Gomes da Silva, partidário de D. Beatriz, e de sua mulher D. Urraca, exceptuando aqueles que já haviam sido dados a Mem Rodrigo de Vasconcelos e Lopo Dias de Azevedo³². Também recebeu, em 27 de Fevereiro desse ano, a terra de Meinedo, julgado de Lousada, almoxarifado de Guimarães, com suas jurisdições, que também foram pertença de Aires Gomes da Silva e de sua mulher³³.

Alguns privilégios em benefício de seus homens foram-lhe outorgados. Em 11 de Setembro de 1415 a favor de trinta lavradores da quinta de S. Silvestre, no termo de Coimbra, que ele entretanto fundara³⁴. Outra em 14 de Maio de 1431 a contemplar quinze lavradores na sua quintã de Lanhelas, em Riba de Minho³⁵. Por último, uma carta de D. Duarte de 14 de Dezembro de 1433 a isentar de aposentadoria as suas casas de Tentugal³⁶.

Dois epítáfios alusivos a João Gomes da Silva revelam que combateu em Aljubarrota integrado no exército de D. João I³⁷.

Ao comando dum galé participa na expedição a Ceuta em 1415³⁸.

Em 1418 o rei D. João I torna a enviar a Castela a este fidalgo, acompanhado dos mesmos juristas que haviam negociado a trégua. Prendia-se esta embaixada com a necessidade de ratificar o tratado de paz antes celebrado, mas a dificuldade técnica manteve-se face à minoridade do rei D. João II, que ainda não havia completado os catorze anos³⁹. No ano seguinte missão idêntica tentou a sorte em Castela, embora sem resultados, tendo como resposta que os embaixadores de João II viriam a Portugal com a decisão do monarca. Com efeito, em 1422, vieram a Portugal Afonso Garcia, deão de Santiago e João Afonso de Zamora, escrivão da câmara de D. João II, para se acertar o modo de jurar e ratificar as pazes de 31 de Outubro de 1411⁴⁰.

³² A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fol. 136v. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 47.

³³ Idem, *Ibidem*, livro 3, fol. 136. Idem, *Ibidem*, p. 47.

³⁴ Idem, *Ibidem*, livro 3, fol. 148v. Idem, *Ibidem*, p. 47.

³⁵ Idem, *Ibidem*, livro 4, fol. 130v. Idem, *Ibidem*, p. 47.

³⁶ Idem, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 4, fol. 33. Idem, *Ibidem*, p. 47.

³⁷ Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 48.

³⁸ Gomes Eannes de Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta*, Lisboa, 1915, cap.

XXXVI, p. 114.

³⁹ Visconde de Santarém, *ob. cit.*, p. 296.

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 297. Veja-se o artigo de Luís Suarez Fernandez, *Juan II de Castilla* (1405-1454) in Dicionário de Historia de España, ed. Revista de Occidente, Madrid, 1968, vol. II, pp. 564-567.

Apoiante do Infante D. Pedro nas lutas travadas com D. Leonor, viúva do rei D. Duarte, ainda teve forças, sendo septuagenário, para desde Coimbra integrar o exército do regente e entrar na capital em Outubro de 1439⁴¹. Nas cortes de Évora de 1442 foi alvo de críticas por parte do concelho de Coimbra por ter usurpado ao município a jurisdição dos lugares de Zouparia, Lamaroso e S. Martinho⁴². Faleceu no mês de Março de 1444⁴³.

Em 1423 o rei D. João I enviou uma outra embaixada a Castela. Desta vez os representantes diplomáticos eram D. Fernando de Castro e o Doutor Fernando Afonso da Silveira, que voltavam a insistir na ratificação da paz de 1411⁴⁴.

D. Fernando de Castro, governador da casa do Infante D. Henrique e alcaide do castelo da Covilhã era filho de D. Pedro de Castro, senhor do Cadaval e de D. Leonor Teles de Meneses. Esta senhora era filha do conde de Ourém, D. João Telo, irmão de D. Leonor de Teles⁴⁵. Pertencia à casa de D. João I, onde recebia a quantia de 800 libras⁴⁶. Tomou parte na conquista de Ceuta, na companhia do irmão mais velho D. João de Castro⁴⁷. Em 1416 foi enviado como embaixador de Portugal ao concílio de Constança⁴⁸.

Uma carta de João II de Castela, dada em Ávila, em 30 de Abril de 1423, em que se ratifica o tratado de paz de 1411, possui a assinatura deste fidalgo, e do Dr. Fernando Afonso da Silveira, como representantes do rei de Portugal⁴⁹. No ano seguinte o Infante D. Henrique mandou-o à Gram-Canária à cabeça dum contingente constituído por dois mil e quinhentos homens, com o propósito de se apoderarem daquela ilha, objecto de litígio entre Portugal e Castela⁵⁰.

Em Almeirim, a 27 de Janeiro de 1432, testemunhou a ratificação do tratado de paz celebrado com Castela em 30 de Outubro do ano anterior⁵¹.

⁴¹ Ruy de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, in «Collecção de Livros Inéditos de História Portuguesa», tomo I, Lisboa, 1790, cap. XLV, p. 270.

⁴² A.N.T.T., Livro 10 de Estremadura, fol. 24.

⁴³ Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 48.

⁴⁴ Visconde de Santarém, *ob. cit.*, pp. 297-298.

⁴⁵ *Livro de Linhagens do Século XVI*, pp. 92-93.

⁴⁶ *Monumenta Henricina*, vol. I, Coimbra, 1960, doc. 122, pp. 282.

⁴⁷ Gomes Eannes de Zurara, *ob. cit.*, cap. LXXXVI, p. 233.

⁴⁸ *Monumenta Henricina*, vol. II, Coimbra, 1960, doc. 114, pp. 237-239.

⁴⁹ A.N.T.T., *Gaveta XVIII*, maço 11, n.º 4.

⁵⁰ Gomes Eannes de Zurara, *Crónica dos feitos da Guiné*, Lisboa, 1959, cap. LXXIX, p. 354.

⁵¹ *Monumenta Henricina*, vol. IV, Coimbra, 1962, doc. 15, pp. 60-89.

O rei D. João I doou-lhe em sesmaria, em 10 de Fevereiro de 1432, o paul de Trava, que se encontrava abandonado há quarenta anos. A concessão era efectuada em benefício de seus herdeiros partindo do pressuposto que a mesma iria ser aproveitada⁵². O rei D. Duarte confirmou-lhe a sua posse, em 30 de Março de 1434, viabilizando deste modo que pudesse trocá-la pelo paul de Boquilobo, conforme o acordo já realizado com o Infante D. Henrique⁵³.

Participou na malograda expedição a Tanger, conforme se depreende do auto de capitulação de 17 de Outubro de 1437⁵⁴. Desconhece-se a carta régia que o nomeou regedor da justiça da Casa do Cível em Lisboa, funções que chegou a exercer anteriormente à designação de Aires Gomes da Silva⁵⁵.

Temos conhecimento que chegou a ser enviado a Ceuta a fim de participar nas negociações que visavam a entrega daquela praça em troca da libertação do Infante D. Fernando⁵⁶. A data do seu falecimento apresenta-se controversa sendo de aceitar que tenha ocorrido próximo do mês de Agosto de 1440⁵⁷.

D. Fernando de Castro casou com D. Isabel de Ataíde, filha de Martim Gonçalves de Ataíde, de quem teve diversos filhos: D. Álvaro de Castro, primeiro conde de Monsanto, D. Henrique de Castro, D. Garcia de Castro, D. Maria de Castro, que foi a primeira mulher de D. Álvaro de Sousa, mordomo-mor de D. Afonso V, D. Isabel de Castro, segunda mulher do conde de Viana D. Duarte de Meneses e D. Catarina de Castro, segunda mulher do conde de Avranches D. Álvaro Vaz de Almada e por morte deste primeira mulher de D. Martinho, conde de Atougia⁵⁸.

Em 1431 o rei D. João I enviou a Castela como embaixadores a Pedro Gonçalves Malafaia e seu irmão Luís Gonçalves Malafaia, o Doutor Rui Fernandes e o secretário Rui Galvão. O objectivo visava ratificar o tratado de paz perpétua celebrado em 1411. O rei de Castela João II nomeou o conde de Benavente e os doutores Pedro Eañes e Diego Rodriguez para acertarem com os diplomatas portugueses, mas não se chegou a nenhuma conclusão⁵⁹.

⁵² Idem, *Ibidem*, doc. 19, pp. 95-96.

⁵³ Idem, *Ibidem*, doc. 127, pp. 333-335.

⁵⁴ Idem, *Ibidem*, vol. IV, Coimbra, 1964, doc. 64, pp. 210-212.

⁵⁵ Idem, *Ibidem*, vol. VII, Coimbra, 1965, doc. 174, p. 259.

⁵⁶ Frei João Álvares, *Chronica do Infante D. Fernando*, Coimbra, 1911, cap. XXV, p. 72.

⁵⁷ *Monumenta Henricina*, vol. VII, doc. 96, pp. 150-151.

⁵⁸ *Livro de Linhagens do Século XVI*, p. 93.

⁵⁹ Visconde de Santarém, *ob. cit.*, p. 311.

Nova embaixada, com os mesmos embaixadores, é enviada no mesmo ano a Castela. João II mostra-se indisponível alegando estar absorvido com a guerra de Granada. Entretanto Pedro Gonçalves Malafaia insiste e acompanha o monarca castelhano nas operações militares contra o reino muçulmano e sensibiliza o rei de Castela para a assinatura do tratado de paz⁶⁰. Em Medina del Campo, em 31 de Outubro, João II assina o tratado e envia a Portugal como seu embaixador o Doutor Diego Gonzalez de Toledo, o qual obtém do nosso monarca a assinatura do acordo, na vila de Almeirim, em 30 de Outubro de 1431⁶¹.

Quem era Pedro Gonçalves Malafaia, a cuja tenacidade se devera o êxito da ratificação da paz de 1411?

Filho de Gonçalo Peres, escrivão da chancelaria de D. João I e de D. Duarte, ocupa as funções de vedor da fazenda e conselheiro dos mesmos monarcas. Participou na tomada de Ceuta em 1415 e esteve nessa praça durante algum tempo entre os fidalgos da casa do Infante D. Henrique. Surge-nos desde finais de 1416 como vedor da fazenda. É cavaleiro a partir de 1422 e conselheiro de o rei e do príncipe D. Duarte com início em 1426. Morre em finais de 1437⁶². O talento diplomático deste cavaleiro faz com que D. João I o utilize noutras missões. Assim, volta a ser enviado a Castela em 1432 para compor as discórdias entre o rei castelhano e os infantes de Aragão e consegue celebrar em Ciudad Rodrigo a capitulação entre João II de Castela e o Infante D. Henrique, o qual devolve ao monarca castelhano o castelo de Albuquerque em troca da libertação de seu irmão D. Pedro⁶³. Menos êxito teve este diplomata quando enviado ao rei de Castela em 1434 para conseguir permissão a que o rei D. Duarte participasse na guerra de Granada «sem outra recompensa mais, que o serviço de Deos e a honra», não obteve qualquer resposta positiva⁶⁴.

Sobre Rui Fernandes, doutor em leis e membro do desembargo régio, autor famoso da ordenação e compilação das Ordenações Afonsinas, que participou em diversas missões diplomáticas, já traçámos a sua biografia⁶⁵, o mesmo sucedendo com Rui Galvão, filho de um clérigo de

⁶⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 311-312.

⁶¹ Idem, *Ibidem*, pp. 312-315.

⁶² Armando Luís Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, ed. INIC., Lisboa, 1990, p. 375.

⁶³ Visconde de Santarém, *ob. cit.*, pp. 317-318.

⁶⁴ Idem, *Ibidem*, p. 321.

⁶⁵ Humberto Baquero Moreno, *A batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, Lourenço Marques, 1973, pp. 804-808.

missa eborense, que além de ter participado na aludida missão diplomática, foi secretário e escrivão da câmara de D. Duarte e ainda secretário do rei D. Afonso V⁶⁶.

Um diplomata já mencionado, que em 27 de Janeiro de 1432, confirma em Almeirim o tratado de paz com Castela celebrado em Medina del Campo, é Fernando Afonso da Silveira. Doutor em leis, desembargador dos feitos de D. João I (1419-1420), desembargador (1423-1432) e chanceler-mor, desde 1432, embora ocupe o cargo pouco tempo, e cavaleiro desde 1430⁶⁷.

Missão difícil durante a regência de D. Pedro coube aos embaixadores Leonel de Lima e Rui Gomes de Alvarenga, os quais em embaixada realizada em 1442 tiveram de explicar a João II de Castela, as razões que impediam a rainha exilada D. Leonor de regressar ao reino e exercer o seu governo⁶⁸. Sobre o primeiro, poderoso fidalgo de Ponte de Lima, a quem D. Afonso V deu o título de dom e fez em 1476 visconde de Vila Nova de Cerveira, já traçamos a biografia⁶⁹, enquanto o segundo era primo do arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra, seu lugar-tenente e substituto no cargo de chanceler-mor, quando dos seus sucessivos impedimentos⁷⁰.

O desenlace de Alfarrobeira coloca Portugal numa situação de isolamento internacional e de reprovação geral, tendo sido medíocres os esforços de Afonso Pereira, embaixador pessoal de D. Afonso V, para explicar na corte castelhana as causas da morte do Infante D. Pedro⁷¹.

O grande diplomata a quem cabe reabilitar o nome de Portugal, é João Fernandes da Silveira, a quem pertence negociar com os embaixadores de Federico III, imperador da Alemanha o casamento deste monarca com D. Leonor, irmã de D. Afonso V, com base nas credenciais que lhe são outorgadas por este soberano em 27 de Junho de 1450⁷². Filho do diplomata Fernão Afonso da Silveira, nascido pouco depois de 1410, o seu nome e o seu talento vai marcar a diplomacia portuguesa ao longo do reinado de D. Afonso V. O seu prestígio foi de tal monta que desempenhou as funções de regedor da Casa da Suplicação, chanceler-mor do reino e corregedor da corte. Apesar de ser neto de um sapateiro foi elevado em

⁶⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 814-817.

⁶⁷ Armando Luís Carvalho Homem, *ob. cit.*, pp. 298-299.

⁶⁸ Visconde de Santarém, *ob. cit.*, pp. 338-339.

⁶⁹ Humberto Baquero Moreno, *Um fidalgo minhoto de ascendência galega: Leonel de Lima* in Actas do I Colóquio Galaico-Minhoto, Ponte de Lima, 1981, pp. 259-274.

⁷⁰ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João V*, livro 36, fol. 219.

⁷¹ Visconde de Santarém, *ob. cit.*, p. 348.

⁷² Idem, *Ibidem*, p. 348.

1475 a barão do Alvito, distinção nobiliárquica pela primeira vez atribuída em Portugal. Eterno negociador coube-lhe celebrar na vila de Alcaçovas, no ano de 1479, os capítulos de paz, conjuntamente com o doutor Rodrigo Maldonado, representante dos Reis Católicos. Durante o reinado de D. João II acumulou as funções de escrivão da puridade, chanceler-mor e vedor da fazenda⁷³.

A par da acção diplomática de João Fernandes da Silveira, outros embaixadores são enviados a Castela, como é o caso de o arcebispo de Lisboa D. Jorge da Costa, o qual mandatado por D. Afonso V, solicita em finais de 1468, autorização a Henrique IV, para que sua irmã, a princesa D. Isabel, possa casar com o rei de Portugal⁷⁴.

Também em Dezembro de 1474 partiu para Castela, o conde de Penamacor Lopo de Albuquerque, com cartas de D. Afonso V dirigidas a nobres castelhanos, tendo regressado o emissário em Janeiro de 1475 com autos solenes de que receberiam o rei de Portugal como seu monarca se se matrimoniasse com a princesa D. Joana⁷⁵.

Quando João Fernandes da Silveira é enviado a Castela por D. João II no ano de 1482, acompanha-o como secretário o cronista Rui de Pina⁷⁶. Como embaixador de Portugal volta a Castela em Setembro desse ano para resolver o problema das terciarias de Moura, o casamento do príncipe D. Afonso e a indemnização resultante da desistência de Portugal sobre as Canárias. Nova missão lhe coube em Janeiro de 1483⁷⁷.

Novas embaixadas são enviadas por D. João II a Castela. A de Estevão Vaz dirigida aos Reis Católicos, em 1486, para os auxiliar na conquista de Granada, e a de Rui de Sande, em Agosto de 1488, para tratar do casamento do príncipe D. Afonso⁷⁸.

Para diligenciar o casamento deste príncipe com D. Isabel, filha dos Reis Católicos, partiu para Castela em Março de 1489, uma outra embaixada constituída por Fernão da Silveira, coudel-mor do reino e

⁷³ Os rasgos mais salientes da vida e da obra deste diplomata foram por mim traçados em *Um grande diplomata português do século XV: o Doutor João Fernandes da Silveira*, in as Actas de «A diplomacia na História de Portugal», ed. da Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1990, pp. 93-103.

⁷⁴ Visconde de Santarém, *ob. cit.*, pp. 366-367. Veja-se sobre este prelado a obra de Manuela Mendonça de Matos Fernandes, *D. Jorge da Costa. Cardeal Alpedrinha*, Lisboa, 1991.

⁷⁵ Visconde de Santarém, *ob. cit.*, p. 370.

⁷⁶ Idem, *Ibidem*, p. 386. Veja-se a sua biografia em Joaquim Veríssimo Serrão, *A historiografia portuguesa*, Lisboa, 1972, pp. 101-123.

⁷⁷ Visconde de Santarém, *ob. cit.*, p. 388.

⁷⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 390-391.

regedor da Casa da Suplicação⁷⁹ e pelo Doutor João Teixeira, chanceler-mor do reino⁸⁰, acompanhados pelo secretário Rui de Sande⁸¹.

Como negociadores e representantes do rei de Portugal estiveram presentes em Tordesilhas, em 4 de Junho de 1494, na qualidade de embaixadores de D. João II, os membros do seu conselho, Rui de Sousa, senhor de Sagres e de Beríngel e seu filho Dom João de Sousa almotacé-mor do monarca português e Aires de Almada corregedor da corte. Importa dar a conhecer os principais traços biográficos dos dois primeiros negociadores, cujos rasgos mais salientes resultam fundamentais para sabermos quem foram estes diplomatas e que papel político tiveram no século XV.

Rui de Sousa era filho de Martim Afonso de Sousa, fidalgo transmontano da casa do conde de Barcelos que possuía o senhorio de Mortágua e de D. Violante Lopes de Távora⁸². Desempenhou as funções de vedor da casa da rainha Dona Isabel, mulher do rei D. Afonso V, tendo casado em primeiras núpcias com Isabel de Sousa, colaça da mencionada rainha. Por carta de 4 de Maio de 1456 passou a receber a tença anual de 42.174 reais brancos correspondentes ao dote de sua mulher de 4.000 coroas de ouro⁸³.

Na sua qualidade de vedor da casa da rainha foi designado alcaide-mor do castelo de Pinhel, passando a usufruir todas as rendas e direitos que possuía o seu anterior titular, entretanto falecido, Pero Lourenço Ferreira⁸⁴. Logo a seguir foi nomeado fronteiro-mor dessa vila beirã, funções em que substituíu o membro do conselho do rei Fernão Coutinho⁸⁵.

Querendo D. Afonso V dar-lhe «alguo repouso dos trabalhos que em nossa corte e outras partes leuou» concedeu-lhe a tença anual de 34.800 reais brancos. Além de membro do conselho do rei passou a

⁷⁹ Tracei a sua biografia em *A batalha de Alfarrobeira*, pp. 957-958.

⁸⁰ Elaborei a sua biografia em *A conspiração contra D. João II: o julgamento do duque de Bragança* in «Arquivos do Cento Cultural Português», Paris, 1970, pp. 63-65.

⁸¹ Ruy de Pina, *Croniqua delrei dom Joham II*, Coimbra, 1950, cap. XLIV, pp. 110-122.

⁸² A biografia deste fidalgo encontra-se no meu livro *A batalha da Alfarrobeira, Antecedentes e Significado Histórico*, Lourenço Marques, 1973, pp. 974-975.

⁸³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.) *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 13, fol. 146-146v.

⁸⁴ Carta régia de 13 de dezembro de 1454. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fol. 95v.

⁸⁵ Carta régia de 16 de Dezembro de 1454. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 10, fol. 130v.

exercer o ofício de meirinho-mor de D. João II, enquanto príncipe⁸⁶. Tendo o monarca em consideração os grandes serviços por ele prestados à coroa, doou-lhe em vida, por carta de 14 de Março de 1465, o reguengo, casas, foros, tributos, herdades e hortas da vila de Montemor-o-Novo, em condições idênticas às que havia trazido o doutor Martim Dossem, Álvaro de Brito e o agora falecido Galiote Pereira⁸⁷.

Segundo nos revela Anselmo Braamcamp Freire, sua primeira mulher faleceu em 1460, sendo filha de Francisco Anes de Torres, vedor da casa da rainha Dona Isabel e de sua mulher Violante Lopes de Sequeira, que foi ama da mesma rainha⁸⁸. Deste matrimónio nasceram diversos filhos. Dom João de Sousa, Dom Martinho de Távora, Dom Diogo de Sousa, Dom Henrique e Dona Filipa, que casou com o doutor António Dossem⁸⁹.

Rui de Sousa casou em segundas núpcias com Dona Branca de Vilhena, filha de Martim Afonso de Melo, do conselho do rei, seu guarda-mor, sendo a noiva donzela da casa da Infanta Dona Joana, filha do rei. Como dote da coroa trazia sua mulher o quantitativo de 7.000 coroas de ouro (equivalendo a coroa a 120 reais brancos). Por seu turno este fidalgo recebia a tença de 50.000 reais brancos⁹⁰.

O monarca doou a este seu fidalgo a vila de Sagres por carta de 29 de Outubro de 1471, a qual lhe veio a ser confirmada por D. João II em 29 de Março de 1482⁹¹ e retirada em 3 de Janeiro de 1491, recebendo por ela 310.000 reais brancos de indemnização⁹².

Intrépido combatente distinguiu-se este fidalgo, juntamente com o alferes Duarte de Almeida, na acção que salvou a vida ao monarca na serra de Benacofú, em Janeiro de 1464, onde morreu o conde D. Duarte de Meneses⁹³.

⁸⁶ Carta régia de 19 de Abril de 1464. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 8, fol. 159.

⁸⁷ A.N.T.T., *Livro 10 de Estremadura*, fols. 297v-298.

⁸⁸ Brasões da Sala de Sintra, livro I, Lisboa, 1973, p. 24.

⁸⁹ Livro de Linhagens do Século XVI, ed. da Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1956, p. 29.

⁹⁰ Carta régia de 18 de Agosto de 1467. A.N.T.T., Livro 3 de Místicos, fol. 21v-23v.

⁹¹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 6, fol. 52 v. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 213.

⁹² A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel*, livro 31, fol. 4v. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 214.

⁹³ Ruy de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, in Collecção de Inéditos de História Portuguesa, Tomo I, Lisboa, 1970, cap. CLVI, p. 516.

Como embaixador de D. Afonso V foi enviado em Janeiro de 1475 à corte dos Reis Católicos que se encontravam em Valladolid, dando-lhes conta que o rei de Portugal se havia casado com Dona Joana, filha legítima de Henrique IV de Castela e que por isso o reino de Castela lhe pertencia de direito. Recebeu como resposta que o monarca português não entrasse nesse reino em som de guerra⁹⁴.

Hábil negociador foi incumbido pelo rei, antes da batalha de Toro, de tentar encontrar um acordo com os castelhanos, sem contudo poder alcançar algum resultado⁹⁵. Logo a seguir, em plena batalha ocorrida em 2 de Março de 1476, combateu sobre as ordens do príncipe D. João com numerosas tropas, a que se juntou a de Gonçalo Vaz de Castelo-Branco, Fernão Martins de Mascarenhas e a de Dom Pedro de Meneses, conde de Cantanhede⁹⁶.

Em reconhecimento dos seus méritos o monarca doou-lhe a vila de Beríngel no ano de 1477, a qual veio a ser transmitida a seu filho Dom Pedro de Sousa em 22 de Abril de 1499⁹⁷. Por morte de Rui de Sousa, pertencia a posse da vila a sua mulher Dona Branca Vilhena, sem embargo da lei mental, a qual no entanto veio a falecer primeiramente em Janeiro de 1494⁹⁸.

Em Fevereiro de 1482, integrou uma embaixada enviada por Dom João II ao rei Eduardo IV de Inglaterra com a incumbência de reforçar os tratados de amizade com a Inglaterra e os direitos que assistiam a Portugal sobre o senhorio da Guiné, o qual devia estar protegido das investidas dos corsários inimigos⁹⁹.

Sob a direcção de Gonçalo de Sousa partiu numa expedição ao reino do Congo em Dezembro de 1490. Por morte do capitão vitimado pela peste, foi escolhido pelos restantes membros para dirigir a missão com destino ao mencionado reino de Manicongo, onde aportaram em Março do ano seguinte¹⁰⁰.

A sua penúltima missão, recém-viuvo, foi com destino a Tordesilhas, onde assinou o famoso tratado. A ratificação do mesmo ocorreria em

⁹⁴ Ruy de Pina, *ob. cit.*, cap. CLXXIV, p. 539.

⁹⁵ Ruy de Pina, *ob. cit.*, cap. CLXXXIV, p. 556.

⁹⁶ Ruy de Pina, *ob. cit.*, cap. CXC, p. 558.

⁹⁷ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel*, livro 41, fol. 94v. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, pp. 213-214.

⁹⁸ A.N.T.T., *Livro 1 de Odiana*, fols. 170-171v.

⁹⁹ Ruy de Pina, *Cronique delrey Dom Joham II*, Coimbra, 1950, cap. LVIII, p. 155-156.

¹⁰⁰ *Idem, ibidem*, cap. LVIII, pp. 155-156.

Setúbal em 5 de Setembro de 1494¹⁰¹. Por sua renúncia do ofício de almotacé-mor, seu filho João de Sousa foi provido no cargo em 5 de Fevereiro de 1490¹⁰².

Faleceu com setenta e cinco anos em Toledo, a 24 de Maio de 1498, este diplomata e combatente, nascido em 1423, quando em representação de Dom Manuel I assistia ao juramento dos príncipes herdeiros de Castela Dom Manuel e Dona Isabel¹⁰³.

De sua segunda mulher teve diversos filhos. Dom Pedro de Sousa, Dom Manuel e Dom António, que morreu jovem, Dona Maria, mulher de Dom Fernando de Castro, Dona Beatriz de Vilhena, mulher de Pedro da Cunha Coutinho e Dona Margarida que abraçou a religião¹⁰⁴.

Dom João de Sousa, que passou a usar o título de dom em 1498¹⁰⁵, participou com seu pai na embaixada a Tordesilhas¹⁰⁶. O rei Dom Manuel outorgou-lhe a alcaidaria-mor de Niza em 31 de Julho de 1497¹⁰⁷, nomeando-o seu guarda-mor em 10 de Fevereiro de 1510¹⁰⁸.

Casou com Dona Margarida Fogaça, donzela de Dona Joana a Beltraneja, filha de João Fogaça, comendador de Cezimbra e de Dona Constança de Vasconcelos. D. Afonso V por carta dada em Toro, em 10 de Abril de 1476, outorga-lhe 2.800 coroas de ouro pelo dote do casamento com a mencionada senhora¹⁰⁹.

Faleceu a 16 de Dezembro de 1513, sem que de sua mulher tivesse tido qualquer descendência¹¹⁰.

Cumpre observar que esta família esteve próxima da filha do Infante Dom Pedro o que talvez explique a sua ausência de Alfarrobeira, onde Rui de Sousa não toma parte em qualquer dos grupos em disputa. O mesmo não se poderá dizer de seu pai Martim Afonso de Sousa, que apesar de ter sido nomeado pelo regente vedor das obras reais em Trás-os-Montes acompanhou o duque de Bragança na sua digressão até ao

¹⁰¹ Idem, *ibidem*, cap. LXVI, p. 186.

¹⁰² A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, livro 17, fol. 40.

¹⁰³ Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 214.

¹⁰⁴ *Livro de Linhagens do Século XVI*, p. 29.

¹⁰⁵ Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 214.

¹⁰⁶ Luís Adão da Fonseca e Cristina Cunha *O Tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XV*, Lisboa, 1991, p. 81.

¹⁰⁷ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel*, livro 29, fol. 30 v. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 214.

¹⁰⁸ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 8, doc. 84. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, pp. 214-215.

¹⁰⁹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João III*, livro 14, fol. 204v. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 215.

¹¹⁰ Anselmo Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 215.

campo de batalha. De notar que Rui de Sousa aparece-nos como pessoa de máxima confiança de o rei D. Afonso V, que serve como almotacé-mor e do príncipe D. João, de quem foi meirinho-mor.

Homem dotado de coragem e valentia, comprovada sobretudo nas campanhas africanas, Rui de Sousa foi um talentoso diplomata ao serviço de Portugal durante os reinados de D. Afonso V, Dom João II e Dom Manuel I.

Caracterizou-se a diplomacia portuguesa do século XV por uma extrema aplicação às missões que lhe foram consignadas. Embora uma parte substancial dos diplomatas fosse recrutada nos quadros da nobreza, muitos deles são oriundos das profissões liberais, vindo a nobilitar-se no exercício das suas funções e surgindo assim como uma nobreza de toga. Sempre que havia necessidade de celebrar um acordo eram os embaixadores acompanhados por quadros técnicos constituídos por doutores em leis.

João Gomes da Silva representa o primeiro embaixador, ao serviço da dinastia de Avis, determinado em alcançar a paz com Castela. Homem de guerra aposta em conseguir o seu desiderato. Um outro exemplo de aplicação à causa da paz é o de Pedro Gonçalves Malafaia, que não quis regressar a Portugal sem a garantia da assinatura do acordo com João II.

João Fernandes da Silveira, o maior diplomata do século XV, que apenas tem um rival à sua altura em Vasco Fernandes de Lucena, representa um estilo mais profissionalizado na arte da diplomacia, inaugurando uma época cujos epigonos serão autores de importantes convénios internacionais como o tratado de Tordesilhas, celebrado em 4 de Junho e ratificado em Arevalo, a 2 de Julho, pelos Reis Católicos, e em Setúbal, a 5 de Setembro, pelo rei D. João II¹¹¹, depois de ele próprio ter sido o grande artífice do tratado de Alcaçovas.

¹¹¹ Visconde Santarém, *ob. cit.*, pp. 392-397.